

M. Medeiros/JP



ESALQ DISCUTE POLÊMICA DO CÓDIGO FLORESTAL

*Mesa-redonda na Esalq discutiu ontem a polêmica reforma do Código Florestal brasileiro. “Queremos que esses encontros possam influenciar a comunidade de modo a pressionar os deputados para que não façam as mudanças propostas”, diz o professor Marcos Sorrentino. “Entendemos que a diminuição da área de preservação em margens de rios aumenta o desflorestamento e vai contra qualquer lógica de emissão de gases de efeito estufa”, opina o deputado federal Ivan Valente (foto), que participou ontem do encontro. **A 10***

Código Florestal é debatido na Esalq

PAOLA RIBEIRO
paola@pjournal.com.br

Polêmica, a reforma do Código Florestal brasileiro foi tema de mesa-redonda ocorrida ontem, no anfiteatro do Departamento de Ciências Florestais da Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz). O objetivo é reunir, além de profissionais e estudantes da área, todas as pessoas que estejam mobilizadas contra as mudanças no código. O debate, intitulado Propostas de Mudanças do Código Florestal: implicações para a sociedade, agricultura e biodiversidade, continua hoje, das 18h às 20h, no mesmo local. Como intermediadores, participarão Gerd Sparovek, professor do Departamento de Ciência do Solo e diretor do Centro de Informática do Campus Luiz de Queiroz (Ciagri),

Mário Mantovani, diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, e Paulo Yoshio Kageyama, professor do Departamento de Ciências Florestais da Esalq.

"Queremos que esses dois encontros possam influenciar a comunidade de modo a pressionar os deputados, especialmente os ligados à bancada ruralista, para que não façam essa mudança grave que o relatório do deputado Aldo Rebelo

(PC do B) propõe", diz Marcos Sorrentino, professor na área de educação e política ambiental da Esalq. O novo texto, aprovado por uma comissão especial da Câmara dos Deputados em julho do ano passado, está em análise no Con-

gresso Nacional e, entre os produtores rurais, há pressão para que seja votado até o início de abril.

Segundo o deputado federal Ivan Valente (PSOL), o relator do projeto substitutivo, Aldo Rebelo, fala numa diminuição superior a 50% na área limite de matas ciliares que devem, obrigatoriamente, ser conservadas. "O projeto atual já havia diminuído o tamanho do terreno que deve

ser preservado às margens de rios de 30 metros para 15 metros. Agora, eles querem reduzir para 7,5 metros. Nós entendemos que isso aumenta o desflorestamento e, mais do que isso, vai contra qualquer lógica de emissão de ga-

ses de efeito estufa, defendida pelo Brasil em conferências internacionais como a de Copenhague", afirma Valente.

Outro ponto criticado pelo deputado do PSOL diz respeito à anistia para desmatadores multados até julho de 2008. "Significa que quem cortou Áreas de Preservação Permanente (APPs), por exemplo, até esta data, não precisaria recuperar as mesmas nem pagar multa, o que viola o próprio Código Florestal, em vigor desde 1965, e a Lei de Crimes Ambientais, de 1999", acrescenta. Conforme Valente, as implicações de mudanças como essa são enormes para a sociedade, a agricultura e a biodiversidade brasileira.

"É uma lógica em que a exportação de produtos e o lucro das grandes empresas exportadoras predominam sobre o interes-



Deputado Ivan Valente (PSOL) participou de mesa-redonda

se público nacional. Na verdade, o que se quer é expandir a área agrícola. Estudos apontam que há 105 milhões de hectares de terras agriculturáveis que estão fora das APPs e das reservas legais.

Se houvesse uma recuperação da degradação ambiental, que já foi feita nas grandes propriedades, seria possível recuperar mais 60 milhões hectares de terra", finaliza o deputado.

**Novo texto
está em
análise no
Congresso
Nacional**